

Data: 27/06/2025

N/Refª.: AM202506270956

Assunto: **Recomendação**
Eficiência e Responsabilização na Limpeza Urbana do Concelho de Setúbal

Considerando que:

A limpeza urbana constitui uma competência básica e essencial das autarquias locais, com impacto direto na saúde pública, na qualidade de vida das populações e na imagem global do território;

Apesar de várias iniciativas no domínio ambiental, o concelho de Setúbal continua a evidenciar níveis inaceitáveis de sujidade em espaços públicos, com falhas recorrentes na recolha de resíduos, manutenção de contentores e resposta às denúncias dos cidadãos;

Dados do Portal da Queixa indicam que, entre janeiro e outubro de 2024, 15,8% das reclamações relativas ao concelho de Setúbal estavam relacionadas com a limpeza urbana — o que revela uma perceção generalizada de insuficiência do serviço prestado

A resposta municipal continua a revelar-se insuficiente, marcada por demoras, falta de proatividade e ausência de responsabilização objetiva, particularmente no desempenho dos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS);

Acreditando que a transparência, a medição de resultados e a participação cívica são pilares essenciais para serviços públicos eficientes;

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1. Seja criado um Indicador Municipal de Limpeza Urbana (IMLU), com publicação trimestral por freguesia, contendo metas de desempenho claras, comparáveis e auditáveis;
2. Se ativem Brigadas Municipais de Intervenção Rápida (BMIR), com prazo máximo de 48 horas para resolução de denúncias validadas sobre lixo acumulado, sujidade ou contentores danificados;
3. Se celebrem ou se reforcem os contratos-programa entre a Câmara Municipal e os SMS, com metas exigentes e mensuráveis ao nível da limpeza urbana, e publicação semestral de relatórios de execução e cumprimento;
4. Seja reforçada e promovida uma plataforma digital de participação cidadã, com sistema de georreferenciação, que permita aos munícipes denunciar facilmente ocorrências relacionadas com lixo, má manutenção do espaço público e falhas na recolha de resíduos.

Com esta recomendação, a Assembleia Municipal assume o seu papel de fiscalização e de promoção da boa governação, defendendo uma autarquia ao serviço dos cidadãos — onde os serviços públicos operam com base na transparência, eficácia e responsabilidade, e os munícipes são parceiros ativos na construção de uma cidade limpa, digna e cuidada.

Setúbal, 27 de junho de 2025

O deputado eleito pela Iniciativa Liberal,



Flávio Lança